

Dissídio une direita e esquerda no Congresso

RICARDO AMARAL

BRASÍLIA - O artigo 25 do projeto de conversão para a Medida Provisória 295 (sobre salários e preços) conseguiu unir os mais radicais representantes da esquerda e da direita no Congresso. Até ontem à noite tinham decidido votar contra o artigo, que suspende por quatro meses os dissídios coletivos, tanto as bancadas do PT, PDT e PSDB como a do PDS, do PL e o solitário deputado do PSD, Ronaldo Caiado, ex-presidente da UDR.

Por motivos diferentes, esses parlamentares vão tentar excluir o artigo na votação da medida, que deve começar hoje. "A suspensão dos dissídios prejudica 40% dos trabalhadores, que têm data-base nesse período", diz o deputado Edésio Passos (PT-PR), que é advogado trabalhista.

GREVE GERAL

"Represando os dissídios, o governo estará convocando uma greve geral para julho", advertia Ronaldo Caiado. "Os sindicatos ficarão mais fortes que o governo", queixou-se o líder do PL, Ricardo Izar (SP), após na reunião de sua bancada.

O representante do PT nas negociações sobre a medida, Aloízio Mercadante (SP), rendeu-se ontem, pela primeira vez, aos argumentos mais radicais da bancada, que preferem marcar posição contra o governo em vez de sentarem-se à mesa. Na reunião da bancada, ontem à tarde, esse tom foi dado pelo deputado Chico Vigilante (PT-DF), sindicalista.

— Vamos nos juntar com a direita e acabar logo com essa porcaria — disse Vigilante.

— Que porcaria é essa, companheiro? O País, ou a medida provisória? — perguntou Mercadante.

GANHOS

Vigilante defendia uma posição apresentada na véspera pelo deputado paulista Hélio Bicudo. "Se juntarmos nossos votos aos descontentes da direita, podemos até derrubar esse pacote inteiro, em vez de negociar um ganho muito pequeno", dissera Bicudo anteontem ao ler o projeto do relator Paes Landim.

Mercadante ainda objetou: "É isso mesmo que a direita quer, uma chance para o Collor reeditar a medida e refazer os acertos necessários, sem congelamento". E Bicudo retrucou: "Mais importante que saber se foi a direita ou a esquerda seria uma derrota política do governo."

Na reunião da bancada, Mercadante ficou com a solução de compromisso — o PT votará contra a medida, sabendo que ela será aprovada, mas vai procurar modificar os pontos que lhe interessam através de emendas. Ele comunicou a decisão ao negociador do PSDB, Sérgio Machado. É justamente o PSDB quem apresentou as emendas que possibilitem as modificações mais importantes.

Na decisão de Mercadante, e do PT, pesou uma desconfiança em relação à bancada governista. O partido não quer aprovar o pacote com seu voto, correndo o risco de não conseguir aprovar as emendas depois.